A EXPRESSÃO DO PENSAMENTO ENTRE A LIBERDADE POSITIVA E A LIBERDADE NEGATIVA: DESAFIOS IMPOSTOS PELO “POPULISMO DIGITAL”*

THE EXPRESSION OF THOUGHT BETWEEN POSITIVE FREEDOM AND NEGATIVE FREEDOM: CHALLENGES IMPOSED BY “DIGITAL POPULISM”

Ricardo Manoel Oliveira Morais**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a liberdade de expressão à luz das concepções de liberdade positiva e de liberdade negativa, considerando o contexto de intenso fluxo informacional aos quais os indivíduos são submetidos. Conforme será evidenciado, a liberdade de expressão, embora seja um direito fundamental, está sujeita a instrumentos de influência direta e indireta que podem fragilizá-la. Foi feita uma revisão de bibliografia dos marcos teóricos, bem como de eventuais intérpretes que guardem coerência com aqueles. Esses marcos teóricos utilizados para compreender o problema são: os conceitos de liberdade de Isaiah Berlin (*Dois conceitos de liberdade*); o utilitarismo de Stuart Mill sobre a liberdade de expressão; as novas formas de populismo digital do século XXI, a partir das reflexões de Giuliano da Empoli (*Os engenheiros do caos*). Será também objeto de análise o fenômeno do fluxo informacional intensificado em um horizonte no qual a opinião pública manifestada pode tanto ser objeto de manipulação quanto de censura, a partir de Bonavides (*Ciência política*). A contribuição que se pretende é a de colocar questões (sem necessariamente respondê-las de forma peremptória) com as quais o Estado Democrático de Direito se depara no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: liberdade de expressão; liberdade positiva; liberdade negativa; utilitarismo; opinião pública.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the freedom of expression according to the concepts of positive freedom and negative freedom, considering the context of intense information flow to which individuals are submitted. As will be exposed, freedom of expression, although it is a fundamental right, is subjected to instruments of direct and indirect influence that might deteriorate it. For that, it has done a review of bibliographies of theoretical frameworks, as well as any interpreters coherent with these frameworks. Therefore, the theoretical bases used to understand the problem are: Isaiah Berlin's concepts of freedom (*Two concepts of freedom*); Stuart Mill's utilitarianism about free speech; the new forms of “digital populism” in the 21st century, based on the reflections of Giuliano da Empoli (*The chaos engineers*). The phenomenon of intensified information flow will also be analyzed in a horizon in which the manifested “public opinion” can be both the object of manipulation and censorship, from Bonavides (*Political Science*). The goal is to pose questions (without necessarily answering) which the Democratic State of Law faces in the 21st century.

KEYWORDS: freedom of expression; positive freedom; negative freedom; utilitarianism; public opinion.

* Artigo recebido em 08/06/2023 e aprovado para publicação em 20/06/2023.

** Doutorando em Direito pela UFMG. Mestre em Filosofia pela UFMG. Graduado em Direito pela FDMC e em Filosofia pela FAJE. Advogado e Professor. E-mail: ricardo_mom@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Apresentar o enquadramento jurídico do Direito Fundamental à liberdade de expressão parece vago, sobretudo quando um paradoxo se impõe: *manifestar um pensamento que negue o princípio democrático que, por sua vez, é a condição de possibilidade da própria liberdade de pensamento*. A assertiva não deveria soar absurda, considerando que já no “nascimento” da democracia (*polis*) pensadores como Platão apresentavam argumentos contundentes contra a ordem democrática da cidade. Todavia, a realidade política pós-advento da comunicação de massa, em especial da televisão e das redes sociais, criou um ambiente em que a opinião é livremente (e anonimamente) expressada, mesmo colocando em ameaça a própria democracia. Mas, diferentemente de Platão, o risco não decorre de argumentos racionais submetidos ao escrutínio público e à dialética, mas de afirmações unilaterais que conseguem adesão por reforçarem crenças (*doxa*) sem racionalidade lógico-argumentativa – conforme analisa Empoli (2019).

Nesse sentido, é crucial compreender a liberdade de expressão à luz das diferentes concepções de liberdade – a *positiva* e a *negativa* – e da condição de possibilidade para a existência da liberdade (que é a democracia). Sendo o fenômeno da liberdade humana (de profissão, de associação, de livre iniciativa, de acesso à justiça) determinante no Estado Democrático, é necessário compreendê-la sob os cânones teóricos de Berlin antes de analisar a sua manifestação no aspecto expressão. Isso porque o autor oferece uma chave analítica que, de algum modo, parece consolidar satisfatoriamente – ao menos para este artigo – a noção de liberdade. A liberdade negativa coloca que o ser livre é aquele que atua sem restrições ou interferências nas suas ações ou falas individuais. Para a liberdade positiva, ser livre é ter a capacidade de usufruir a liberdade autonomamente, na condição de mestre de si, sem ser movido por condicionantes. Na noção positiva, a liberdade é adquirida após um processo de formação que dará instrumentos para o indivíduo agir sem ser determinado, ou seja, autarquicamente. Com isso, liberdade de manifestação de pensamento se coloca neste limiar: como liberdade negativa, deve poder se manifestar sem restrições; como liberdade positiva, deve contar com opiniões informadas e ouvintes racionais formados para serem capazes de exercer tal liberdade. Embora ambas as noções façam sentido, a realidade é o que as confunde.

Pois bem, o objetivo deste artigo é compreender como a liberdade de expressão – tanto em uma acepção positiva quanto negativa – se desenha no Estado Democrático de Direito, em especial, no brasileiro, mas sem se deter apenas aos elementos jurídico-dogmáticos. Se a liberdade de expressão deve ser exercida sem constrações externas e por indivíduos autodeterminados, as questões impostas pelo conceito de “opinião pública” deveriam ser facilmente respondidas, o que não ocorre. Mill, por meio de um prático exemplo, coloca um interessante limite à liberdade de manifestação de pensamento: a opinião segundo a qual a propriedade privada é um roubo e que os comerciantes de trigo fazem os pobres passar fome não pode ser objeto de restrição (aspecto negativo); não obstante, essa afirmação não está resguardada caso uma multidão de incendiários esteja se manifestando na porta da casa de um comerciante de trigo (aspecto positivo). Entretanto, os séculos XX e XXI obscureceram esta discussão: quando é possível saber que o destinatário de uma opinião tem um potencial incendiário? Este artigo não visa a responder esta questão. Todavia, a sua elaboração já se mostra crucial, em especial quando os destinatários das opiniões são anônimos (já no século XX, com o rádio e a televisão), assim como aqueles que emitem os juízos (com as redes sociais).

Assim, em primeiro lugar, será situada a questão da liberdade e a forma como ela se desenha positiva e negativamente. Isso porque situar um conceito que é objeto de discussões políticas e jurídicas intensas é crucial para se saber a que se está a referir quando se utilizar o termo “liberdade”. Em seguida, a partir do pensamento de Stuart Mill, serão apresentadas reflexões sobre a liberdade de expressão e os contextos em que essa liberdade, por interferir na vida em sociedade, pode ser objeto de constrição estatal. Por fim, serão colocadas algumas reflexões, ainda em aberto, sobre certas aporias que não poderiam ser antevistas por Mill, mas que marcam os momentos de recessão democrática do século XXI, em especial reflexões sobre o “populismo digital”. Esta reflexão se impõe porque, até o advento de redes sociais e dos seus algoritmos, era impossível pensar que a liberdade de expressão poderia se dar na ausência de debate – não só pelas “bolhas digitais”, mas pela forma como o “engajamento” inviabiliza respostas racionais a “bravatas” irracionais – e, até mesmo, colocar em um risco a própria democracia. Embora este texto esteja sendo escrito em meio ao problema e sem antever uma solução, não parece implausível imaginar que a resposta democrática à expressão de pensamento antidemocrática crie um horizonte de exceção.

1 A LIBERDADE EM PERSPECTIVA

A questão da liberdade é recorrente no debate político, econômico e jurídico, não só moderno, mas ocidental. Pode-se pensar, por exemplo, em questões postas pelas tragédias gregas, nas quais o herói é colocado em uma situação dúbia em termos de liberdade: ou o seu destino já está traçado ou, caso ele aja de acordo com o que dele se espera, ele encontrará o desfecho trágico. Pode-se pensar, igualmente, no debate platônico entre Sócrates e Cálicles (Górgias) sobre a natureza humana, a tendência ao excesso e, por conseguinte, à “livre” sobreposição natural dos mais fortes sobre os mais fracos. Pode-se pensar, também, nos cínicos, cuja liberdade estava condicionada à capacidade de o indivíduo se libertar das convenções. Ou nos contratualistas, para quem o contrato social poderia significar renunciar a parte da liberdade (Hobbes) ou perenizá-la socialmente (Rousseau¹). Não obstante, há algum consenso na definição da liberdade quando ela se faz ausente: coagir alguém é privá-lo da liberdade.

Entretanto, o significado de liberdade que disso deriva é tão aberto que poucas interpretações são impassíveis de críticas. Com isso, não para encerrar, mas para situar este debate, Isaiah Berlin, em seu paradigmático ensaio *Dois conceitos de liberdade*, classifica os conceitos, ideais e *práxis* da liberdade em dois tipos: a liberdade positiva e a liberdade negativa. Segundo ele, todos os debates históricos e políticos giraram em torno dessas duas perspectivas. Uma teoria estruturada a partir da liberdade negativa pretende encontrar a área de não intervenção para que o sujeito ou grupo seja capaz de desenvolver suas potencialidades; uma teoria calcada na liberdade positiva visa encontrar e neutralizar as formas externas de controle aptas a determinar alguém a fazer ou ser algo.

A liberdade negativa é mais facilmente imaginável, sobretudo porque é a noção de liberdade que embasa a maior parte das doutrinas liberais econômicas clássicas e, até certo

¹ Logo nas primeiras linhas de seu *Contrato social*, Rousseau (2010, p. 16) expõe sua posição no que diz respeito à administração legítima de regular a sociedade de forma a manter os indivíduos livres: “Pretendo saber se pode existir na ordem civil uma regra de administração legítima e segura que considere os homens tais como são e as leis como devem ser. Nesta pesquisa, sempre tentarei aliar aquilo que o direito permite com aquilo que o interesse prescreve, a fim de que a justiça e a utilidade nunca se encontrem separadas”. Pouco adiante, a sua posição fica ainda mais clara: “O homem nasceu livre mas em toda a parte está a ferros. Este julga-se senhor dos outros e é mais escravo do que eles. [...] ‘Quando um povo é obrigado a obedecer, faz bem; mas se sacode o jugo, logo que o pode sacudir, faz melhor: porque, ao recuperar a sua liberdade, usa o mesmo direito que lha arrebatou e se é justo que a retome, é injusto que lha tirem’. Mas a ordem social é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. Contudo, este direito não veio da natureza; apoia-se nas convenções. Trata-se de saber que convenções são estas” (p. 18).

ponto, contemporâneas². Segundo a noção de liberdade negativa, se é livre quando nenhum indivíduo ou terceiro, inclusive o Estado, interfira nas ações ou atividades do agente. Esse conceito possui efeitos políticos, pois o ser humano é livre quando pode agir sem ser obstruído pela sociedade; efeitos econômicos, pois o ser humano deve ser livre para empreender e concorrer, o que só é possível com o não intervencionismo; efeitos jurídicos, pois segundo o princípio da legalidade, base do Estado de Direito, se é livre para fazer tudo o que a lei não proíbe. Assim, o objetivo último das teorias negativas é encontrar uma “área de não interferência”, pois quanto maior a não interferência, maior a liberdade³.

Embora o *telos* da não interferência seja consensual, também o é que a “área de não interferência” não pode ser ilimitada, sobretudo porque há interferência na liberdade alheia – mesmo que não exista um consenso sobre a “extensão” dessa área. Se não existisse tal limitação, os indivíduos iriam interferir na liberdade uns dos outros, o que tornaria a vida comunitária algo inviável⁴. A liberdade “natural”, no sentido de se fazer tudo o que se quer a qualquer hora, levaria ao caos social⁵. As mínimas necessidades humanas não seriam satisfeitas. A liberdade de alguns seria suprimida pela de outros. Isso porque os propósitos humanos não se harmonizam automaticamente. Embora existam valores “universalmente” aceitos como justiça, felicidade, segurança, igualdade, alcançá-los seria impossível numa comunidade sem nenhuma limitação jurídico-estatal. Nesse sentido, a vida em sociedade é condição para o ser humano se realizar, devendo ser regida por algumas limitações, mas sempre de modo que uma zona permaneça não violada, sob pena de a liberdade se perder em coações externas.

Assim, dois fatores devem ser limitados a fim de que os indivíduos possam perseguir os seus fins, mantendo-se bons e desenvolvendo as suas faculdades naturais: a intervenção

² A ressalva no que diz respeito às teorias econômico-liberais contemporâneas está no fato de que há uma ampla literatura – crítica e ortodoxa – que aponta a necessidade de se criar um meio no qual essa liberdade possa ser exercida. Noutros termos, não basta que as restrições cessem para haver liberdade econômica. Outras medidas são necessárias, como reformas legislativas (flexibilizando determinados regulamentos e enrijecendo outros), medidas de segurança e imposição de formas de subjetivação. A liberdade econômica, antes de levar a sociedade ao bem-estar, deve ser produzida.

³ Igualmente aqui a definição do que é a liberdade negativa parte de seu oposto, que é a coação. Quando se pensa na liberdade econômica, o seu oposto se traduziria na “escravidão econômica”. O uso do termo “liberdade” depende da teoria social ou econômica que o emprega, mas o critério da opressão é sempre o fator determinante.

⁴ Aqui, a doutrina hobbesiana fica evidenciada de forma clara. Num “estado de natureza”, em que todos podem tudo o tempo todo, o ser humano vive com medo, pois está em guerra constante (guerra de todos contra todos). A única forma de se evitar esse estado é por meio de um pacto social no qual todos renunciam a uma parcela de sua liberdade, de modo que as interferências nas esferas de liberdade dos outros seja regulada por uma instância soberana (HOBBS, 2004).

⁵ No diálogo “Górgias”, por exemplo, este debate sobre uma suposta “tendência natural ao excesso” é defendido por Cálicles e objeto de forte oposição platônico-socrática. A esse respeito, ver Moraes e Campos (2016).

estatal e a intervenção de terceiros. Para definir a “área de não interferência”, é crucial estabelecer uma fronteira clara entre o público (em que o indivíduo está sujeito a limitações estatais, como não poder circular sem roupas, por exemplo; e as limitações intersubjetivas, como deveres morais cuja consequência é o ostracismo social) e o privado. Mas este é, justamente, no qual se situa o problema – e as críticas –, já que os seres humanos são interdependentes e nenhuma atividade humana é completamente privada no que diz respeito a jamais obstruir a vida de outros de algum modo – a não ser que se esteja falando de uma vida fora de uma comunidade humana. Noutros termos, a vida em sociedade é a premissa para que se possa falar em liberdade. O ser humano só é humano na vida em sociedade. Com isso, o próprio constituir-se humano é um processo que envolve a intersubjetividade, como a interferência na subjetividade de uma criança⁶, por exemplo. Além disso, a liberdade de alguns depende da repressão de outros.

Nas teorias da liberdade positiva, o principal eixo da ação livre é a autonomia, ou seja, a capacidade de o próprio indivíduo ser soberano de si, se apropriar de sua própria linha de conduta e, deliberada e conscientemente, agir sem ser determinado. O indivíduo deve agir de modo que a sua vida e as suas decisões sejam apenas dele, não de forças externas. Trata-se, aqui, de o agente ser autárquico, não o objeto de ações ou de um meio externo. O agente deve ser movido por suas razões e motivações cujos propósitos foram racionalmente alcançados. Nesse sentido, a liberdade significa poder se afirmar e realizar ações sem ser impedido de escolher o que se quer fazer⁷. Aplica-se aqui, sobretudo, a metáfora do autodomínio adquirido. Não obstante existam críticas quanto à possibilidade de se justificar a coerção sobre os indivíduos para que eles “se elevem” à condição de agentes livres – ou seja, de se “formar para libertar” –, não se pode apagar da própria dimensão humana elementos como a experiência, a educação (formal ou informal) e, em última instância, o processo de subjetivação ao qual todo indivíduo está sujeito.

Há, como adiantado, um risco de se utilizar uma concepção positiva de liberdade para legitimar a coerção de alguns para que eles se adequem a uma concepção de liberdade que é contingente. Ou seja, trata-se de coagir alguém que, por ignorância, não é capaz de coagir a si mesmo, mas com o objetivo de auxiliá-lo no processo de elevação. Apesar disso, há também

⁶ Sobre os processos de constituição de sujeitos e processos de subjetivação, ver Morais (2015) e Foucault (1994; 2002; 2011).

⁷ Sobre as categorias humanas da vontade e da razão, ver Lima Vaz (2000). Sobre a noção de “categoria”, ver Aristóteles (2005), capítulo “Categorias”.

nessa concepção de liberdade um consenso de que o ser humano é racional, mas pode ser contingencialmente inibido de se realizar por impedimentos circunstanciais (ausência de acesso à educação, a informações de qualidade, a direitos). Se o ponto de convergência da liberdade negativa é a “área de não interferência”, os teóricos da liberdade positiva parecem estabelecer como consenso o elemento da autorrealização. A liberdade é, em suma, a capacidade de obedecer a uma lei que o próprio indivíduo estabeleceu para si, sendo isso uma decorrência da natureza humana tendencialmente autônoma.

A liberdade positiva depende de duas condições: a possibilidade de aquisição da sabedoria para o uso correto da liberdade e a capacidade de não se determinar por “leis externas” (heteronomia). Um dos mais célebres pensadores a tratar da primeira condição foi Platão. Essa liberdade se traduz, ainda hoje, em premissas do Estado Democrático quando se fala em “educação para Direitos Humanos” como algo a ser assegurado a todos, ou seja, para que os cidadãos consigam usufruir plenamente seus direitos, eles devem ser educados. Segundo Platão (2000), a liberdade depende da capacidade do ser humano de fazer com que a razão domine os desejos e as paixões, o que só pode ser feito por meio de um processo de formação (*paideia*) para a virtude, conforme ele apresenta na *República*⁸. Tal formação envolve o constante exame de si e a contestação (*elenchos*) de pretensos saberes, visando alcançar o conhecimento, a virtude, a verdade, a justiça. A importância do método dialético está em compreender que uma vida fundada na *doxa* (aparências e opiniões) não é uma vida livre. Por isso, o ser humano deve ser educado, ensinado, formado a passar em revista as suas convicções para utilizar sua liberdade⁹. A vida na *doxa* decorre da incapacidade do indivíduo de se desvencilhar daquilo que é dado sem que tal “saber” seja submetido ao reexame racional. Quanto à capacidade de não se determinar por leis externas, as reflexões de Kant assumem um papel central. Para ele, o sujeito livre (autônomo) é aquele que transcende o domínio da causalidade. Classificado como um eticista do dever¹⁰, o agir não pode estar

⁸ Também na *Apologia* (29d-30b) Platão (1985) apresenta, com grande eloquência e riqueza de detalhes, os argumentos e premissas da preocupação socrática com a formação por meio do *elenchos*.

⁹ Tal interpretação é exposta por Arendt (1993, p. 97), em seu ensaio *Filosofia e política*. A importância de se fazer com que a “verdade” do outro se manifeste e seja confrontada é, precisamente, viabilizar uma cidade mais verdadeira. Isso porque se as verdades aparentes forem confrontadas e aceitas como não verdades pelos cidadãos, a cidade poderia ganhar em virtude e justiça. Como a autora expõe n’*A condição humana* (ARENDR, 2010), é na esfera pública que o ser humano, entre iguais e com liberdade, encontra a sua esfera de realização. Pode-se classificar, não sem ressalvas, Arendt como uma teórica da liberdade positiva.

¹⁰ Na Modernidade, a partir de Hobbes, a questão do agir na sociedade ganha relevância. A reflexão sobre a ação afirma o caráter autônomo da ética enquanto um campo do saber cujas normas devem se justificar diante da razão humana. Kant foi o pensador que ofereceu uma formulação da ética como uma reflexão autônoma. Para

condicionado sequer pelos motivos ou pelas consequências dos atos do agente, sendo o eixo moral o dever em si. O indivíduo autodeterminado é aquele que, utilizando a razão, compreende o imperativo categórico¹¹.

Ainda sobre a liberdade positiva, a realização¹² – ou, segundo os gregos, a *eudaimonia* – e, por conseguinte, a verdadeira liberdade é alcançável pelo uso da razão crítica, compreendendo o que é necessário e o que é contingente. A realidade ético-política é regida por princípios que devem ser compreendidos racionalmente – seja em um programa iluminista, seja numa compreensão marxista¹³ da história – e tudo o que leva o indivíduo a agir de modo contrário a esta realidade é irracional. Com isso, aquele que é governado por mitos, paixões, impulsos, preconceitos, medos, neuroses, forças econômicas impostas, é destituído de autogoverno. Apenas o conhecimento pode levar à liberdade e eliminar a heteronomia, de modo que a compreensão racional do real é condição para fugir da escravidão contingente de uma determinada circunstância. Em suma, o ser humano é escravo de déspotas, de instituições, de crenças, de desejos, de impulsos, de preconceitos, de paixões que só podem ser ultrapassados pelo conhecimento. Só se é livre quando a vida é determinada por uma norma autoimposta¹⁴.

Embora essa classificação, como qualquer classificação, possa levantar críticas e serem apresentadas, e situações que não se encaixem em nenhuma delas ou relacionadas a teorias que se encaixam em ambas, partir dessa chave teórica colocada pelo autor se mostra

ele, só há moral se o ato for realizado por dever, por respeito a uma lei autoimposta. O ato moral existe quando se age de acordo com um dever racional (e não de acordo com as consequências ou motivações). O dever moral existe de forma autônoma.

¹¹ Na filosofia kantiana, o imperativo categórico é uma representação de um princípio objetivo que coage a vontade por comando da razão. A norma da razão é uma ordem, já que a vontade do ser humano não tem a faculdade de escolher o que é necessário, mas de escolher o dever.

¹² Embora se possa traduzir *eudaimonia* por “felicidade”, deve-se esclarecer que na modernidade “feliz”, por vezes, se confunde com o “alegre”. Esta expressão, por sua vez, cria uma noção de um estado efêmero e passageiro de agitação positiva. A *eudaimonia*, no sentido aristotélico, tem uma dimensão de perenidade, razão pela qual o termo “realização” parece ser mais apropriado, embora esta tradução comporte discussões filológicas.

¹³ Berlin coloca o marxismo como uma doutrina positiva da liberdade, o que parece ser uma classificação plausível. De forma bastante simplista, um dos elementos centrais do pensamento de Marx é a necessidade de compreensão da realidade para que seja possível realizar a sua transformação. Vale ressaltar que a sua principal obra, *O capital*, é um intento de compreender o capitalismo e os elementos que o determinam, não uma exortação a um por-vir pós-revolucionário.

¹⁴ Sendo esta a síntese da doutrina positiva de libertação pela razão, pode-se concluir que a servidão está nas crenças nacionalistas, comunistas, autoritárias, totalitárias. A via mais simples para se alcançar a *eudaimonia* seria a repressão voluntária da irracionalidade por cada agente. No entanto, como os indivíduos quase sempre não são capazes de fazê-lo, há um dever de educá-los. Se a pessoa falhar em se disciplinar, alguém deve impor isso a ela.

satisfatório para o objetivo deste ensaio, que é o de situar a questão da “liberdade de expressão”.

2 O UTILITARISMO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O utilitarismo é uma doutrina ética e política extremamente difundida na era moderna. Embora existam diferentes modalidades e autores do utilitarismo¹⁵, pode-se dizer que a ideia geral dessa escola consiste em medir a qualidade de uma ação, de um direito ou de um processo a partir dos benefícios que ele produz. A métrica moral de qualquer garantia ou ação pública ou privada é o quão útil e eficaz para o bem-estar geral ela pode ser. A título exemplificativo, pode-se dizer que toda a discussão sobre o intervencionismo econômico parte de uma lógica utilitarista: há aqueles que sustentam que a não intervenção estatal trará benefícios sociais de caráter mais duradouro, mesmo que em situações imediatas de crise econômica a intervenção pareça melhor; há, por outro lado, aqueles que sustentam que a intervenção estatal na economia, seja de forma pontual e regulatória seja de forma generalizada, evita distorções socioeconômicas e a constituição de monopólios, sendo, até mesmo, necessária em situações de crise. Longe de responder a um debate que é muito mais complexo do que esta exposição, as duas teses se embasam em premissas utilitaristas, já que tanto o abstencionismo quanto o intervencionismo defendem que a sua lógica trará maiores benefícios sociais. Há uma espécie de consequencialismo, pois não há uma ação, um direito, uma instituição ou uma garantia que seja boa ou ruim em si. O valor moral decorre das consequências que aquela medida trará.

Aqui se coloca a discussão sobre a liberdade de expressão, aplicando-se a ela, inclusive, toda a chave analítica do aspecto positivo e negativo exposta. Não obstante, um parêntese se faz necessário. A liberdade de expressão – que em nível individual se traduz em “livre manifestação de pensamento” e em nível coletivo ou social se classifica como

¹⁵ Além de Mill, Jeremy Bentham (1748-1832) e Henry Sidgwick (1838-1900) são teóricos destacados do utilitarismo. Bentham estabelece um cálculo sobre a produção da maior quantidade de bem, identificando este bem com o prazer – sendo possível classificá-lo, por isso, como um hedonista moderno. Uma boa ação ou medida é aquela que causa prazer, e uma má ação ou medida é aquela que causa dor. Os prazeres são heterogêneos, embora mensuráveis, sendo a felicidade o elemento resultante da soma. A utilidade mensurável pode ser medida por diferentes aspectos – intensidade, duração, monetização, proximidade –, mas é sempre contraposto à dor. Sidgwick, além de discutir as premissas apresentadas, coloca uma nova noção, a de felicidade média (*average happiness*). Segundo ele, o critério de mensuração de uma ação envolve, além do grau de felicidade, o número de participantes dessa felicidade, de modo que o útil é o que aumenta a felicidade média de toda uma população – ou da maior parte possível dela – ao máximo possível.

“liberdade de imprensa” – é o que a doutrina constitucionalista acordou em denominar como um Direito Fundamental de 1ª Dimensão, ou seja, trata-se de uma garantia que emergiu com a consolidação do Estado de Direito Liberal e, por conseguinte, tende ao aspecto negativo da liberdade. Nesse sentido, a proibição da censura – mesmo que de uma opinião equivocada – é um imperativo. Mas o que se discutirá não é propriamente a positividade ou negatividade que antecede a liberdade de expressão, mas a que a sucede. Uma vez que a opinião se expressa, deve poder circular livremente ou apenas quando os seus emissários e destinatários são capazes de se autodeterminar?

Se se parte de uma premissa negativa, o princípio é o de que qualquer constrangimento à liberdade de livre circulação de ideias é nocivo. E uma gama de argumentos pode ser elencada (e será ao longo desta seção). Se se parte de uma premissa positiva, existem determinadas condicionantes para que uma opinião possa circular, sejam elas impostas aos emissários dessas ideias – tal como a exigência de uma formação profissional específica, a triagem por um sistema de checagem de notícias, o filtro natural (econômico ou político) exercido pelos grandes veículos de comunicação – sejam elas impostas aos destinatários – como o discernimento de saber diferenciar o falso do verdadeiro, o acesso à via por meio da qual as ideias circulam, a capacidade de não se deixar influenciar facilmente.

Importante esclarecer que Stuart Mill é classificado por Berlin como um teórico da liberdade negativa. E, há que se reconhecer, não faltam elementos em sua obra para embasar essa tese. Madeira (2011), no prefácio do *Sobre a liberdade*, explica que, para Mill, qualquer interferência na esfera individual é presumidamente maléfica. Comprovar que a interferência é legítima é ônus do interventor. Essa máxima pode ser resumida da seguinte forma: “[...] só é legítimo interferir em assuntos que só ao próprio dizem respeito, sem a sua concordância expressa, por razões de autoproteção – sendo esta a mais conhecida formulação daquele que ficou conhecido como ‘o princípio do dano’”¹⁶ (MADEIRA, 2011, p. 10). Esse princípio busca estabelecer parâmetros para a interferência legítima ou ilegítima. Para assuntos que

¹⁶ “[...] aceitar o princípio do dano parece impedir a existência de qualquer tipo de assistência social ou de impostos redistributivos. [...] Esta aparente contradição no pensamento de Mill talvez sirva para explicar por que razão pessoas que pertencem a espectros políticos muito diferentes se declaram herdeiras de Mill. Muitos dos que defendem que as funções do Estado devem ser tão esvaziadas quanto possível, competindo-lhe apenas garantir a segurança dos cidadãos e o cumprimento dos contratos, olham para o princípio do dano, e pensam ver em Mill um ilustre apoiador da sua posição; e muitos dos que defendem que o Estado deve ter um papel mais ativo e que deve financiar a educação e a saúde dos mais pobres olham para o que Mill diz sobre a educação e, esquecendo-se do princípio do dano, pensam também ver em Mill um ilustre apoiador da sua posição.” (MADEIRA, 2011, p. 12).

dizem respeito apenas ao próprio indivíduo, como sentimentos, opiniões, gostos, objetivos de vida, associações voluntárias não ilegais, a intervenção é nociva. A ingerência viria só em situações justificadas. A discordância parcial que aqui se abre quanto à classificação de Berlin (que coloca Mill como um pensador da liberdade negativa) não está propriamente nas ressalvas que o utilitarista impõe ao princípio da não intervenção¹⁷, mas às reflexões posteriores ao capítulo destinado à liberdade de expressão.

Isso porque na parte final do ensaio, quando Mill debate as aplicações dos princípios de liberdade explicitados, ele coloca algumas balizas para que a liberdade possa ser exercida de forma plena. Ou seja, para o utilitarista, para que os indivíduos possam exercer a sua liberdade de forma consciente e em sua inteireza, algumas intervenções na esfera individual devem ocorrer, sobretudo no período de formação. Um exemplo é a obrigação dos pais de arcar com a educação da geração que os sucederá – já que é nela que o futuro da liberdade reside ou perece – ou na consequência pedagógica positiva de liberdade que decorre da não intervenção na exposição de ideias, mesmo que equivocadas. E o próprio Mill não resolve tal discordância: por um lado, ele expõe “[...] que o Estado tem o dever de financiar a educação dos estudantes pobres. No entanto, parece evidente que, segundo o princípio do dano, cobrar impostos aos ricos para financiar a educação dos pobres seria estar a exercer uma interferência ilegítima na vida dos ricos”¹⁸ (MADEIRA, 2011, p. 12). Não sendo o objetivo deste ensaio classificar o liberalismo de Mill como positivo ou negativo, mostra-se relevante aprofundar o debate sobre a liberdade de expressão à luz de suas reflexões, aproximando-as de exemplos atuais e dos enquadramentos jurídicos e políticos vividos ao longo dos séculos XX e XXI.

Mill é defensor do direito à liberdade de opinião quanto de que ela seja expressa. Segundo ele, a concordância ou discordância com uma opinião manifestada é indiferente, uma vez que é algo adstrito à “área de não interferência”. Como afirma o autor, constituem assuntos que só dizem respeito ao próprio indivíduo. Se um terceiro não concorda com uma opinião por ela ser incorreta ou contrariar suas crenças, é errado impedir a sua manifestação,

¹⁷ Isso porque, como já se viu, todos os teóricos da liberdade negativa admitem ressalvas à máxima da não intervenção, uma vez que a liberdade ilimitada de alguns inviabilizaria a liberdade dos demais.

¹⁸ E mesmo em passagens do texto do próprio autor há uma dubiedade sobre o caráter positivo ou negativo da liberdade: “Ninguém nega que as pessoas deviam ser acostumadas e ensinadas na juventude a conhecer e beneficiar dos resultados apurados através da experiência humana. Mas usar e interpretar a experiência à sua própria maneira é o privilégio e a condição adequada de uma pessoa que tenha atingido a maturidade das suas faculdades. Cabe-lhe descobrir que parte da experiência disponível é adequadamente aplicável às suas próprias circunstâncias e ao seu próprio caráter.” (MILL, 2011, p. 59-60).

pois um simples juízo não interfere na esfera alheia. De forma geral, o argumento de utilitário aponta que uma opinião livremente expressa pode ter três faces, nenhuma podendo ser censurada: ser totalmente verdadeira, de modo que a sua proibição seria um mal, já que impossibilitaria o contato com novas verdades e o aperfeiçoamento a partir de novas dimensões e argumentos; ser parcialmente verdadeira (ou parcialmente falsa), abrindo-se ao debate público e, com isso, com a dialética, corrigir a parte falsa justamente pelo escrutínio público; ser totalmente falsa.

No caso de ser uma opinião totalmente – e, até mesmo, manifestamente – falsa, poder-se-ia inferir que a sua proibição seria útil e, até mesmo, desejável em uma sociedade “madura”. Entretanto, a liberdade de expressão, mesmo de uma opinião falsa, possui diferentes camadas e facetas que merecem destaque. A simples hipótese de proibição de um argumento ou de uma opinião desconsidera que “nunca podemos ter a certeza de que a opinião que procuramos amordaçar seja falsa; e, mesmo que tivéssemos, amordaçá-la seria, ainda assim, um mal” (MILL, 2011, p. 30-31).

Se é totalmente falsa, ainda assim é útil que as pessoas a conheçam, porque perceber as posições dos adversários é essencial para perceber melhor a nossa própria posição, e porque uma opinião que não é criticada passa a ser aceita acriticamente e torna-se um dogma morto, ainda que verdadeiro. E, independentemente de a opinião em questão ser verdadeira ou falsa, impedir a divulgação de uma doutrina é pressupor infalibilidade — é estar a pressupor que os seres humanos nunca se enganam, o que é claramente falso. Há uma sutileza na posição de Mill que é importante perceber: quando critica os que parecem pressupor que são infalíveis, Mill não está a partir do princípio de que todas as nossas crenças podem ser falsas em conjunto; está apenas a partir do princípio mais fraco de que, tanto quanto sabemos, qualquer uma das nossas crenças, tomada individualmente, pode ser falsa. (MADEIRA, 2011, p. 13-14).

Sendo um dos papéis da liberdade de imprensa (situada como a liberdade de expressão em nível coletivo) fazer com que um governo se mantenha responsivo, é possível afirmar que a opinião que uma autoridade tenta suprimir é presumidamente verdadeira. Mais do que isso, a tentativa de silenciar uma opinião pressupõe a sua infalibilidade, já que impedir uma discussão parte do princípio de que um está certo e o outro errado, não se concebendo que a certeza do censor possa estar incorreta. Nesse sentido, é socialmente útil que uma opinião seja avaliada de forma pública independentemente de sua verdade ou falsidade, em um confronto de argumentos semelhante ao *elenchos* socrático. E, mesmo que uma opinião esteja correta, submetê-la ao escrutínio constante permite que tal opinião não caia no dogmatismo, pois as

razões de sua certeza terão de ser reafirmadas constantemente, de modo que os seus defensores não as esquecerão – o que pode se suceder, mesmo com uma opinião absolutamente correta, caso ela passe a ser adotada como um dogma incontestável¹⁹.

A restrição legítima à liberdade de expressão se apoiaria em situações pontuais, motivadas pelo princípio do dano. Além disso, caberia àquele que impõe a restrição o ônus de justificá-la. Não obstante, a restrição se legitimaria quando uma opinião fosse apta a levar a uma incitação ilegítima à violência. Segundo o exemplo já mencionado, não se pode restringir que se manifeste a opinião segundo a qual a propriedade privada é um roubo, concluindo-se que são os comerciantes de trigo que fazem os pobres passar fome. Embora esta seja uma opinião longe de ser considerada consensual, para se dizer o mínimo, argumentos deste gênero deveriam poder circular livremente, seja em conversas privadas, seja na imprensa. Contudo, utilizar palavras de ordem incendiárias quando uma multidão de pessoas esteja se manifestando em frente à casa de um comerciante de trigo constituiria uma incitação ilegítima à violência. Por conseguinte, considerando o princípio do dano, seria legítimo rechaçar o exercício da liberdade de expressão da opinião em casos como este.

Mill defende a restrição pontual à liberdade de expressão a partir de um exemplo, ou seja, trata-se de um argumento indutivo. Parte-se de um particular cuja norma universal deve dele ser extraída, qual seja, a de que a liberdade de expressão, caso possa suscitar violência ilegítima, deve ser cerceada. Nesse sentido, pode-se imaginar uma discussão sobre a democracia, em especial, a sua formulação como Estado Democrático de Direito. Seria legítimo, segundo a máxima de Mill, que ideias contrárias à forma democrática do Estado circulassem. Argumentos que apontassem as inconsistências desse modelo – como fez Platão em seus diálogos sobre a *polis* – concluindo pelo seu descarte, teses que apontassem a

¹⁹ Mill (2011, p. 60) aponta que é importante manter os poderes intelectuais em pleno exercício, razão pela qual, mesmo que se esteja diante de um costume ou hábito geracional reconhecidamente positivo (ou de um argumento consensualmente aceito como verdadeiro), ele ainda assim deve ser submetido a uma razão crítica: “[...] ainda que os costumes sejam bons enquanto costumes, e adequados a essa pessoa, conformar-se ao costume, meramente enquanto costume, não a educa ou desenvolve nela quaisquer das qualidades que constituem o dom natural típico de um ser humano. As faculdades humanas de percepção, juízo, discernimento, atividade mental, e até preferência moral, são usadas apenas quando se faz uma escolha. Aquele que faz algo porque é o costume, não faz qualquer escolha. Não ganha qualquer experiência, quer a discernir desejando o que é melhor. Os poderes intelectuais e morais, tal como os musculares, só se desenvolvem quando são usados. Fazer uma coisa só porque os outros o fazem não exercita mais as faculdades do que acreditar numa coisa só porque os outros também acreditam. Se os fundamentos de uma opinião não são convincentes para a própria razão de uma pessoa, então adotar essa opinião não pode fortalecer a sua razão, e provavelmente até a enfraquecerá: e se os motivos para realizar um ato não estão em harmonia com os seus próprios sentimentos e caráter (em assuntos que não dizem respeito aos sentimentos ou direitos de outros), isso só torna os seus sentimentos e caráter inertes e torpes, em vez de ativos e enérgicos”.

superioridade de um governo “de elite” – como a teoria de Schumpeter²⁰ –, ou, até mesmo, ideias que sustentassem que o poder deveria ser exercido por tecnocratas selecionados por meio de um sistema meritocrático, deveriam circular. Quando uma multidão de indivíduos estivesse às portas dos principais símbolos democráticos com o objetivo de destruí-los, seria legítimo impedir que palavras de ordem contra a democracia fossem proferidas.

Madeira (2011), no mencionado ensaio introdutório à obra de Mill, apresenta outras situações que desafiarão a serenidade da construção teórico utilitária, em especial aquelas que estão no limiar entre uma linha clara que separa a liberdade de expressão potencialmente violenta daquela que é, efetivamente, violenta. Deixando, por hora, de lado a questão da democracia *versus* liberdade de expressão – examinada na próxima seção – podem-se colocar questões como marchas organizadas por movimentos supremacistas raciais, homofóbicos ou contrários à legislação de um determinado país. É evidente que um ato racista, homofóbico ou ilegal constitui um ilícito que merece a punição estatal. Este não é, propriamente, objeto de um debate da “área de não interferência”. Não obstante, existe uma substancial diferença entre ser algo e agir de acordo com o que se é. Por exemplo, um indivíduo que é pedófilo não pode, por esta condição, ser considerado criminoso – ou estar-se-ia diante do Direito Penal do Autor, punindo-se indivíduos pelo que são, não por seus atos. Todavia, caso ele pratique a pedofilia, trata-se de um crime. A legislação pune, igualmente, a manifestação de opiniões racistas e homofóbicas. Embora não se trate de trazer conclusões, apenas de levar a tese de Mill às últimas consequências: não seria importante que opiniões repulsivas viessem à tona a fim de que o seu aspecto abominável pudesse transparecer após o escrutínio público?

Um elemento não trabalhado por Mill (e nem seria possível) diz respeito à constituição da opinião pública. Com o advento dos meios de comunicação, a sociedade se complexifica, e a linha que separa a “casa do comerciante de trigo” da “multidão incendiária” se torna obscura. Por conseguinte, a “área de não interferência” da liberdade de expressão – pela

²⁰ Como aponta Manin (1997) e Dahl (2012), alguns autores do século XX apresentaram teorias “democráticas elitistas”. O mais influente foi Schumpeter (1961). Segundo ele, ao contrário do conceito clássico de democracia, nas democracias representativas não são os eleitores que tomam as decisões políticas. Além disso, as eleições não expressam a vontade popular. Ainda, o povo não governa de forma indireta escolhendo indivíduos que irão colocar sua vontade. O povo só seleciona, dentre um número de competidores, os que irão tomar as decisões políticas. Schumpeter define a democracia representativa como o arranjo institucional para chegar a decisões políticas em que indivíduos adquirem o poder de decidir por uma luta competitiva por votos do povo. Nessa concepção, os representantes não são agentes encarregados de implementar a vontade popular. Para Schumpeter, a democracia representativa e governo indireto são categorias distintas.

dificuldade de se diferenciar a opinião errada (porém não violenta) daquela que é potencialmente violenta e da que é efetivamente violenta – acompanha esse processo.

3 A “OPINIÃO PÚBLICA” E A COMUNICAÇÃO DE MASSA

Um conceito de “opinião pública” é tão difícil de ser alcançado como o de Estado. De saída, mesmo sem apontar para a vasta bibliografia sobre o tema²¹, essa expressão pode designar tanto a manifestação pública de um determinado ponto de vista individual ou coletivo quanto a tendência para a qual aponta o volátil julgamento do “povo”. Não obstante, para as reflexões que serão aqui desenvolvidas, basta saber que ambas as noções estão contempladas e, até mesmo, confundidas. A opinião pública, importante aspecto da liberdade de expressão, pode ser compreendida como uma força capaz de mover o Estado, influenciando-o ou legitimando-o, sobretudo em um ambiente democrático. Embora não o diga de forma expressa, Bonavides situa o sentido moderno da liberdade de expressão a partir da emergência de uma força política soberana ocupada pelos indivíduos com um potencial autoritário caso não seja objeto de contenção: o Estado. A opinião pública, como um dos principais focos dessa contenção, foi objeto de reflexão dos clássicos pensadores políticos modernos, tanto daqueles que criticaram o Antigo Regime, como Rousseau, quanto daqueles que se dedicaram à compreensão da política real controlada pelo povo, como Maquiavel²². “Sendo a opinião pública a mais eficaz forma de presença indireta do corpo social na formação da vontade política, não é de admirar que sua excepcional força haja sido proclamada e reconhecida por governantes, filósofos e cientistas políticos, do século XVIII aos nossos dias.” (BONAVIDES, 1997, p. 449).

Um elemento central é o de que a noção de uma opinião pública na esfera política nasce diretamente conectada à consolidação do governo representativo moderno, o que se convencionou chamar de “democracia representativa”, já no século XVIII. Embora o governo

²¹ Bonavides (1997, p. 445), mais uma vez, aponta a densidade dessa questão e a amplitude dessa problemática: “A opinião pública, como tema da Ciência Política, remonta ao século XVIII, quando se fez objeto de reflexões que a vincularam à existência do Estado e, em particular, de determinado sistema político na organização da sociedade moderna: o Estado liberal-burguês”.

²² Embora o “senso comum” se refira a Maquiavel como um pensador “absolutista”, considerando sua obra *O príncipe*, há que se ressaltar que ele dedica grande parte de sua vida pública, como diplomata, e a maior parte de sua obra – em especial seu *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (MAQUIAVEL, 2007) – a tratar e a enaltecer a república como a melhor forma de organização política. Além disso, o pensador florentino afirma, em mais de um momento, que o povo é o responsável por manter um governo responsivo, o que só pode ocorrer em uma república.

representativo tenha sofrido metamorfoses ao longo dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI, Manin (1997), em *The principles of representative government*, sustenta que os princípios que o subjazem permanecem praticamente inalterados. São os princípios: 1) representantes/governantes eleitos pelos governados em eleições periódicas; 2) representantes dotados de uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; 3) opinião pública podendo se manifestar sobre assuntos políticos independentemente de controle do governo; 4) decisões política tomadas após debate político.

Manin examina as “metamorfoses” pelas quais o governo representativo passou desde a sua emergência, sendo elas o governo parlamentarista, a democracia de partidos e a democracia de público. O governo parlamentarista definia-se por eleições personalistas em que os eleitores depositavam confiança pessoal nos eleitos. Tal confiança provinha do pertencimento do representante à comunidade dos eleitores, que partilhavam interesses (propriedade fundiária, manufatureira, mercantil etc.). O corpo de representantes não se constituía por concorrência, mas pela mobilização de recursos pessoais (riqueza e proeminência). Esse modelo, denominado o “reinado dos notáveis”, viabilizou a emergência da expressão livre da opinião, o que se chocou com o sufrágio ainda restrito. Com isso, abriu-se espaço para a democracia de partido, cujas marcas centrais foram a ampliação do sufrágio e a diminuição da liberdade parlamentar frente à disciplina partidária. O aumento do eleitorado fez com que os deputados não mais mantivessem laços pessoais com o eleitorado, e os cidadãos votavam em partidos políticos de sua preferência com matriz ideológica clara, não em candidato em quem confiavam pessoalmente. Os partidos, pelas suas redes de militantes e estruturas, constituíram burocracias capazes de mobilizar o eleitorado crescente. Não obstante, as estruturas partidárias entraram em crise²³, operando-se outra metamorfose no governo representativo, a “democracia de público”. Este modelo é marcado por uma nova personalização da escolha eleitoral, decorrente do aprimoramento dos meios de comunicação. Com o advento da comunicação de massa, principalmente do rádio da televisão, os candidatos passaram se comunicar diretamente com os eleitores, dispensando a mediação partidária.

Os próprios *atores* políticos, ao reagirem às novas condições, passaram a enfatizar as suas qualidades pessoais. A televisão, sobretudo, intensifica a personalidade do candidato, fazendo com que a personalização da escolha política, característica do “parlamentarismo”,

²³ Sobre a crise dos partidos políticos decorrente da crise de representação, há uma vasta bibliografia, valendo citar Morais (2022), Eatwell (2017) e Kirchheimer (2012).

seja retomada. Somam-se a isso fatores que complexificaram a realidade política e a forma como o governo lida com ela: o aumento exorbitante das competências e atividades governamentais, a ampliação populacional dos Estados e dos agentes públicos e, por decorrência, o desenvolvimento de uma complexa burocracia governamental administrativa. Além disso, os meios de comunicação potencializaram a velocidade com que as informações circulam e a necessidade de resposta dos governos. Coloca-se o seguinte cenário: aumento das competências e atividades de governo; dificuldade em apresentar projetos de governo exequíveis, devido a uma realidade mais dinâmica e um fluxo informacional que se adiantam à reação dos governos; aumento da interdependência e o aprofundamento das relações entre Estados e agentes transnacionais, tornando os problemas políticos menos previsíveis. Tais fatores levaram a uma demanda por maior discricionariedade e, com ela, os governos passaram a ser incapazes de manter uma coerência ideológica clara.

Nesse processo, os governos têm de agir com base não na “realidade direta”, mas em informações transmitidas por instâncias de intermediação burocráticas, sendo a opinião pública e a sua expressão umas dessas instâncias. Mas é a opinião pública manipulável? Ao longo do século XX, com a crise dos partidos e do Estado Social, “a classe média debilitada, ao reconstituir-se nos países desenvolvidos, cairia debaixo da influência das novas técnicas de comunicação de massas”. Com efeito, chegou-se à “[...] técnica surpreendente e fácil e cômoda de que dispõem os detentores dos meios de difusão para ‘criar’ a opinião pública e dirigi-la a fins antecedentemente estabelecidos” (BONAVIDES, 1997, p. 455). Há a manifestação de uma opinião formatada, seja pela “presença” de políticos – fascistas, populistas, xenófobos, homofóbicos, misóginos – na sala de estar falando “ao vivo” e com fortes apelos não racionais, seja pelo cenário do chamado “populismo digital” potencializado pelos algoritmos, pelo ódio e pelo medo.

Já existindo uma vasta bibliografia sobre o efeito que os meios de comunicação tradicional tiveram na política, esta seção examinará o modo como as redes sociais, com o seu potencial algorítmico, têm de formatar a opinião pública e, com isso, aumentar a linha cinza entre a expressão de uma opinião equivocada – seja ela racista, homofóbica, de ódio, seja ela simplesmente falsa – da manifestação de uma opinião potencial ou efetivamente violenta. E, aqui, a experiência italiana e a brasileira dos últimos anos são centrais no debate.

Os governos fortes na sociedade de massa fizeram requintadamente “científica” a manufatura dessa drácea de irracionalismo, ministrada em doses maciças, consoante

impõem as necessidades políticas. A opinião pública das ditaduras totalitárias do século XX chegou a esse espantoso resultado: transformou-se em poderosíssima linha auxiliar da razão de Estado. Na sociedade democrática, a opinião pública é por igual suspeita, pois sem embargo do pluralismo aí patente, os elementos de elaboração e transmissão de juízos que formam a opinião pública, não se concentrando em um poder único, como no Estado totalitário, têm, contudo, sua sede nas mãos de uma minoria, que são os “lordes” do poder econômico e financeiro, a cujo controle se acham sujeitos via de regra os meios de publicidade. (BONAVIDES, 1997, p. 455).

Aos lordes do poder econômico e financeiro caberia acrescentar “os lordes do poder algorítmico”. Com o eclosão de movimentos de revolta contra os corpos intermediários²⁴ do poder político, consequência quase direta do movimento de personalização eleitoral da democracia de público (uma vez que os eleitores passaram a interagir de forma direta com os eleitos, sobretudo para comporem os governos²⁵), “[...] o trabalho feroz de dezenas de *spin doctors*, ideólogos e, cada vez mais, cientistas especializados em Big Data [...]” (EMPOLI, 2020, p. 33), a opinião pública e as formas de sua manifestação adquiriram aspectos pouco claros, principalmente no que diz respeito à incitação ilegítima²⁶ à violência. Empoli, em *Os engenheiros do caos*, explica como funciona essa lógica, detalhando o *modus operandi* e suas consequências. Ele apresenta maiores detalhes do caso italiano, mas suas reflexões se aplicam à situação ocidental. Ainda que o objetivo do autor seja pensar a “[...] máquina de comunicação superpotente, concebida em sua origem para fins comerciais, transformada em instrumento privilegiado de todos aqueles que têm por meta multiplicar o caos” (p. 50), essa máquina e seu funcionamento têm relação direta com as aporias impostas pela liberdade de expressão no século XXI.

Empoli inicia com uma analogia entre o que se passa no universo político das redes sociais atualmente e o carnaval romano do século XVIII, narrado sob a perspectiva de Goethe. O carnaval é uma festa na qual o mundo se inverte: homens se vestem de mulheres e mulheres de homens; indivíduos abastados se passam por desconhecidos e desconhecidos são ovacionados; a identidade se apaga em meio às fantasias, libertinagens e máscaras. Todos se

²⁴ Sobre os movimentos de revolta contra os corpos intermediários de acesso ao poder político, ver Urbinati (2015).

²⁵ Populismo predomina para o executivo, de modo que o líder eleito joga com as massas para esvaziar o papel institucional daqueles que deveriam intermediar e fiscalizar o exercício do poder político, em especial, o legislativo e o judiciário (em especial este, que possui, muitas vezes, um papel contramajoritário).

²⁶ A incitação “ilegítima” é um ponto central do argumento, uma vez que é possível estabelecer momentos em que a incitação à violência pode ser considerada legítima. Madeira (2011), por exemplo, coloca a questão da incitação legítima no caso de mobilização da população para lutar uma guerra iniciada pela invasão injusta de uma nação estrangeira. Ações de um governo ilegítimo e autoritário, igualmente, poderiam se enquadrar nessa exceção.

deixam levar pelos excessos, de modo que a permissividade e a liberdade são mantidas em equilíbrio pelo bom humor geral. E, apesar desse ambiente de alegria generalizada, há uma face oculta da festa que são momentos em que alguma contenda se torna mais séria e se generaliza, tomando a todos por um ódio visceral. Goethe também descreve as situações em que corridas de cavalo causam incidentes e tragédias, dando-se a isso pouca importância. “É a face obscura do Carnaval, a combinação inextricável da festa e da violência sobre a qual se ergue seu potencial subversivo [...]. Não é por acaso [...] que não se trata de uma celebração oferecida ao povo pelas autoridades, mas sim uma ‘festa que o povo oferece a si mesmo’.”²⁷. (EMPOLI, 2019, p. 14-16).

Com a emergência do “populismo digital”, a realidade política parece se transformar em uma espécie de carnaval. Populismo é um termo empregado politicamente de variadas formas. Há na literatura diferentes conceituações, narrativas sociopolíticas, categorizações ou representações do populista. Embora a noção de populismo seja central para as reflexões aqui desenvolvidas, não será traçado o seu conceito. O termo “populismo” será empregado a partir de algumas caracterizações gerais da teoria de Eatwell (2017), para quem o populismo combina três elementos: 1) a defesa do povo uno, embora essa unidade não seja necessariamente étnica ou moralmente pura; 2) a hostilidade às elites corruptas e egoístas que privam o povo de sua voz legítima, ainda que haja diferentes elites; 3) o objetivo de produzir um sistema político que permita o prevalecimento da vontade popular. A *práxis* desse fenômeno é uma tendência de despertar no povo, por uma série de dispositivos retóricos e estéticos, tais como líderes carismáticos autoritários, uma concepção maniqueísta do real.

Nesse sentido, por “populismo digital” se compreende, além das marcas apontadas, um fator que é comum às teorias políticas sobre o populismo: uma forma de comunicação direta e sem intermediações com o povo (ou, ao menos, com os segmentos populacionais que se pretende inflamar). E as redes sociais são condições desse fenômeno, sobretudo quando se

²⁷ “Desde a Idade Média, o Carnaval é a ocasião para o povo derrubar, de forma simbólica e por um tempo limitado, todas as hierarquias instituídas entre o poder e os dominados, entre o nobre e o trivial, entre o alto e o baixo, entre o refinado e o vulgar, entre o sagrado e o profano. Nesse clima, os loucos viram sábios, os reis, mendigos, e a realidade se confunde com a fantasia. Um golpe de Estado simbólico que termina quase sempre com a eleição de um rei, substituto temporário da autoridade oficial. [...] A prova está nos vários episódios durante os quais a festa se transformou em revolta, a ponto de gerar verdadeiros massacres, sempre que a multidão não se contentou em destituir os poderosos para rir – mas, em vez disso, tentou assassiná-los de fato. [...] Não é tampouco surpreendente que essa festa tenha sido abolida, em algum momento, em quase todos os lugares, inclusive em Roma, ao raiar da Revolução Francesa, por temor de que se produzisse um contágio. Na França, foram os jacobinos, eles mesmos, que suspenderam o Carnaval, chegando ao extremo de punir com a pena de morte aqueles que tivessem a audácia de se fantasiar”. (EMPOLI, 2020, p. 16-18).

acrescentam a essa descrição os elementos da interação e do engajamento, viabilizado pela “manifestação livre do pensamento” liberto das “amarras do politicamente correto” e da “censura progressista”.

O “carnaval político” do século XXI nasce quando a festa do mundo se contrapõe aos sentimentos negativos (raiva, ódio, medo, insegurança, indiferença) que “mascaram” as opiniões políticas manifestadas, quando não há um destinatário com um “rosto”. Há, diante do “opinador”, apenas uma tela. Uma vasta literatura (URBINATI, 2015; EMPOLI, 2019) coloca o experimento italiano no centro desse debate, contando a história da fundação de um movimento político digital de *marketing* na Itália no início dos anos 2000. A associação entre Gianroberto Casaleggio – idealizador de uma forma específica de comunicação política por meio digital – e o comediante italiano Beppe Grillo, a quem caberá exercer o papel de porta-voz e agitador de um partido-algoritmo, dá origem ao Movimento 5 Estrelas, “[...] inteiramente fundado na coleta de dados de eleitores sobre a satisfação de suas demandas, independentemente de qualquer base ideológica”. Essa lógica de funcionamento propiciou uma *práxis* que reinventou a propaganda, mas agora adaptada à época dos *selfies* e das redes sociais. Como uma “tradução política” do *Facebook* e do *Google*, operou-se uma verdadeira transformação na natureza do jogo eleitoral. E o caráter populista encontra-se no fato de que esse uso das redes não comporta intermediações, situando todos em uma mesma métrica, que é a do engajamento.

O algoritmo das redes sociais é programado para proporcionar aos consumidores qualquer conteúdo que possa atraí-los e segurá-los por mais tempo, sendo irrelevante o seu teor (desde posições extremadas, discursos de ódio a minorias, xenofobia, medo do “outro” e imigração, até mesmo teorias conspiracionistas). O objetivo é apenas um: interceptar as aspirações e, sobretudo, os medos dos eleitores. Feito isso, é possível cultivar o ódio para manter o indivíduo conectado e atento aos conteúdos que o prendem à tela, diluindo antigas divergências ideológicas (como liberalismo *versus* intervencionismo econômico) em um rearticulado conflito que opõe o povo às elites. É o engajamento de revoltados que move o novo formato da propaganda política, se alimentando de emoções negativas, pois são elas que garantem maior participação e preocupação por parte dos seus veiculadores-destinatários (que se confundem no processo de difusão de informações). Tais sentimentos negativos são fomentados por elementos de forte coesão – ligados à *fake News* – e de grande apelo emocional – como teorias conspiratórias e de cunho escatológico.

Tudo isso faz com que o jogo político não mais una as pessoas em torno de plataformas construídas na dialética da esfera política, mas, ao contrário, insuffle as paixões e o ódio. O objetivo não é encontrar o ponto convergente ao centro, mas unir-se a algum dos extremos. Por isso indivíduos como o então Ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, postam em suas redes sociais vídeos e falsas notícias de crimes cometidos por negros ou imigrantes, visando incitar o ódio étnico, racial, de gênero. Na constituição desse governo, o Ministro da Família chegou a afirmar que “não existem famílias gays”; o Ministro da Saúde, sobre a questão das vacinas, afirmou ser pessoalmente favorável, mas que qualquer um pode ter posições contrárias; o Ministro da Justiça propõe o fim da prescrição penal; o Secretário de Estado é adepto a uma teoria conspiracionista que defende que aviões de linhas comerciais seriam utilizados para espalhar agentes químicos e biológicos nocivos à população; o Subsecretário de Estado do Interior não acredita que os americanos tenham ido à lua. Na constituição do governo brasileiro que esteve à frente do Poder Executivo Federal entre 2019 e 2022, o Ministro das Relações Exteriores não acreditava no aquecimento global; Ministros militares “não acreditavam” que o Regime de Exceção Militar fosse ditatorial ou fruto de um golpe de Estado; o Ministro do Meio Ambiente afirmou a necessidade de “passar a boiada” em matéria de flexibilização ambiental. O efeito de se poder falar o que bem entende, naturalizando uma falsa identidade com um eleitorado suscetível a posições radicais que conseguem engajamento, cria um fantasma de que a liberdade de expressão serve para acobertar qualquer discurso.

Embora as deficiências dos líderes sejam evidentes, elas se transformam não apenas em atestado de autenticidade – já que, aos olhos dos eleitores, sua inexperiência é a prova de não corrupção, as gafes produzidas internacionalmente são a evidência de sua independência –, mas qualquer opinião passa a ser considerada legítima. O mais grave é que não se sabe exatamente quando um argumento falso deve ser tomado por ridículo e, por meio do seu escrutínio público, deixado de lado; ou quando o argumento falso tem o potencial de gerar situações ilegítimas de violência. Isso porque a lógica algorítmica não tem comprometimento com o conteúdo que é veiculado. O seu objetivo é simples e claro: prender a atenção do usuário e nele despertar sentimentos que o mantenham conectado. Tais sentimentos, como já colocado, são quase sempre negativos. Com isso, o escárnio público e o cancelamento são usados como ferramentas da “liberdade de expressão” para lidar com situações que mereceriam aprofundada reflexão.

Nesse sentido, não sendo, aparentemente, o princípio do livre mercado de circulação de ideias na esfera pública capaz de regular um cenário no qual sentimentos que subjagam a razão – como o medo e o ódio –, a saída do “senso comum jurídico” é a de tentar encontrar limites para a zona cinzenta da “área de não interferência”, sobretudo após o dia 8 de janeiro de 2023. É necessário pensar que manifestar ideias não democráticas não é algo novo. Sócrates já o fazia há mais de dois milênios. E o fazia de forma incendiária às portas da democracia, insuflando os jovens de sua época a continuarem o caminho por ele aberto²⁸. Entretanto, quando se está imerso em uma situação, é sempre mais difícil apontar caminhos. Neste momento, o que parece estar ocorrendo é o império do truísmo de que o direito à liberdade de expressão não é ilimitado. A questão é que, por vezes, a opinião que se manifesta parece não ser fruto da liberdade, mas de algo que ainda não se compreendeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teve como escopo apontar que as balizas da forma como a liberdade de expressão é compreendida encontram-se em uma grave crise. De um lado, tem-se o argumento da livre circulação de ideias e argumentos, devendo a própria razoabilidade e a realidade evidenciar a veracidade ou falsidade das teses. De outro, há um consenso no

²⁸ “Cidadãos atenienses, eu vos respeito e vos amo, mas obedecerei aos deuses em vez de obedecer a vós, e enquanto eu respirar e estiver na posse de minhas faculdades, não deixarei de filosofar e de vos exortar ou de instruir cada um, quem quer que seja que vier à minha presença, dizendo-lhe, como é meu costume: - Ótimo homem, tu que és cidadão de Atenas, da cidade maior e mais famosa pelo saber e pelo poder, não te envergonhas de fazer caso das riquezas, para guardares quanto mais puderes e da glória e das honrarias, e, depois, não fazer caso e nada te importares de sabedoria, da verdade e da alma, para tê-la cada vez melhor? E, se algum de vós protestar e prometer cuidar, não o deixarei já, nem irei embora, mas o interrogarei e o examinarei e o convencerei, e, em qualquer momento que pareça que não possui virtude, convencido de que a possuo, o reprovarei, porque faz pouquíssimo caso das coisas de grandíssima importância e grande caso das parvoíces. E isso o farei com quem quer que seja que me apareça, seja jovem ou velho, forasteiro ou cidadão, tanto mais com os cidadãos quanto mais me sejam vizinhos por nascimento. Isso justamente é o que me manda o deus, e vós o sabeis, e creio que nenhum bem maior tendes na cidade, maior que este meu serviço do deus. Por toda parte eu vou persuadindo a todos, jovens e velhos, a não se preocuparem exclusivamente, e nem tão ardentemente, com o corpo e com as riquezas, como devem preocupar-se com a alma, para que ela seja quanto possível melhor, e vou dizendo que a virtude não nasce da riqueza, mas da virtude vem, aos homens, as riquezas e todos os outros bens, tanto públicos como privados.” (PLATÃO, *Apologia*, 29d-30b). O que Sócrates chama de “filosofar” é o exame dialético e contestador (*elenchos*) do ser humano e de seu pretense saber no nível de sua alma, visando dela extrair o conhecimento, a virtude, a verdade, a justiça, e, sempre que ela estiver equivocada, apontar tais desacertos. A importância do método dialético para Sócrates – em contraposição à mera persuasão oratória sem a possibilidade de contestação de argumentos – está ligada à centralidade da questão humana no socratismo. Uma vez que todo ser humano possui uma *doxa*, uma abertura própria e singular para o real, Sócrates tinha de certificar quais as convicções de seus interlocutores sobre este real eram verdadeiras e quais não eram, já que não se pode inferir de antemão qual é a *doxa* do outro. A dialética socrática parte da abertura humana a um mundo de aparências e opiniões (*doxa*) para formular o que se apresenta como verdade, fazendo-o por meio do rechaço daquilo que não se sustenta após o escrutínio racional.

mundo político e jurídico de que o direito à liberdade de expressão (assim como todo Direito Fundamental) não é absoluto. A tese utilitária, que é a chave da primeira premissa, parece não alcançar problemas como a imprevisibilidade dos destinatários de argumentos potencialmente violentos. Tomando-se por base o exemplo de Mill sobre a multidão incendiária na porta da casa do comerciante de trigo, não se sabe quando um discurso ou uma palavra de ordem será escutada, nem em qual contexto ou com quais propósitos.

Todavia, para além de simplesmente apontar o impasse entre a obscuridade da “área de não interferência” do argumento liberal e o truísmo segundo o qual “nenhum direito é absoluto”, vale apontar para o risco de *quebra* do Estado de Direito – e o uso do termo “quebra” embora pareça exageradamente forte, é cabível, já que a institucionalidade se encontra fraturada. O risco decorre de um paradoxo do próprio Estado Democrático de Direito: a liberdade de expressão deve poder recusar o Estado Democrático de Direito, mas deve ter espaço assegurado pelo Estado Democrático de Direito. Discussões sobre os limites da liberdade de expressão se multiplicam, assim como precedentes e respostas institucionais. Alguns afirmam que um discurso falso não pode ser veiculado. Não obstante, a realidade vivida é objeto de incontáveis mediações: há aquele que observa e interpreta os fatos; há aquele que narra os fatos; há aquele traduz a narrativa em palavras, vídeos ou imagens, sempre por meio de recortes; há aqueles que repassam e reinterpretam esses fatos; e há aqueles que recebem e, mais uma vez, interpretam. Em meio a uma cadeia case infinita de mediações, o que seria uma opinião pública calcada em elementos falsos? Situações como aquelas vividas no Brasil e nos Estados Unidos de invasões de símbolos democráticos são, por óbvio, exemplos de atos baseados em fontes falíveis do real. Não obstante, as respostas institucionais do Estado também se dão com base em fontes mediadas de informações. Com isso, se a indiferença e a desconexão com o real já são em si um problema grave, como pensar a ação de um governo em face de uma realidade acessada apenas de forma mediada, num mundo onde a circulação de informações impõe um poder discricionário cada vez maior e quando a expressão algorítmica (calcada em sentimentos negativos de ódio) se torna uma forma generalizada de se expressar na esfera pública?

Caberia aqui uma questão incômoda e, seguramente, ainda sem resposta. A forma como os governos (aqui compreendidos os três poderes) têm agido, flexibilizando procedimentos e garantias legais para manter alguma integridade, não teria o potencial de inviabilizar a liberdade por meio da exceção? Atualmente, muito se discute sobre a

necessidade de colocar limites à liberdade de manifestação de pensamento. O limite colocado por Mill é claro, sendo a realidade do século XXI que o deixou obscuro. Igualmente, a necessidade de se responsabilizarem indivíduos que de algum modo tenham agido com o objetivo de incitar violência ilegítima é um consenso. Entretanto, há indivíduos que, inseridos em uma dinâmica de engajamento e de fomentos de sentimentos negativos, incitam a violência ilegítima, mas não de forma deliberada. E a lógica do reforço das próprias posições impossibilita que argumentos falsos e posicionamentos equivocados sejam submetidos ao escrutínio público.

Quanto ao “estado de exceção”, deve-se, claro, colocar esta expressão em perspectiva. Quando se está diante de um “Estado Democrático de Direito” forjado sob uma anistia ampla a torturadores e que não reformou suas principais instituições autoritárias, fala-se de um Estado “tão democrático quanto possível”. Apesar disso, algumas garantias jurídico-processuais conquistadas após longos períodos de negociações institucionais (como a impossibilidade de decretação de prisão de ofício, a realização de audiência de custódia *no prazo legal*, o princípio do acusatório) parecem estar sendo flexibilizadas. Sedutor é o argumento segundo o qual “circunstâncias excepcionais requerem medidas excepcionais”. Entretanto, as “circunstâncias excepcionais” estão, como tratado na seção 3 deste artigo, em uma zona cinzenta, obscura. Mais ainda, os limites traçados por humanos são sempre convencionais, invisíveis, sociais, políticos. O limite aceitável a uma liberdade em um determinado momento é o catalizador de uma revolução após a mudança de poucos paradigmas. Como pode a raiz de um modelo político (que é a liberdade de expressão) ser capaz de levar esse modelo político à ruína caso não seja limitada? Estas reflexões seguirão em aberto. E, mesmo que não busque respostas definitivas neste texto, não parece aceitável que o Estado se sobreponha ao seu elemento democrático. Igualmente, não parece aceitável ou legítimo que a liberdade de expressão se sobreponha à sua base democrática. Ao final, vale colocar mais uma pergunta insolúvel: a preservação da institucionalidade como justificativa da necessária limitação da liberdade de expressão teria o condão de, preservando o Estado, acabar com a democracia? Ou seria a liberdade de expressão ilimitada que, corroendo a institucionalidade do Estado, inviabilizaria a democracia?

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de R. Raposo. Revisão e apresentação A. Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Organização de Antônio Abranches. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARISTÓTELES. **Órganon**. Tradução de Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2005.

BERLIN, Isaiah. **Dois conceitos de liberdade**. Tradução de Aline Mesquita, 2022.

Disponível em:

https://www.academia.edu/34242762/DOIS_CONCEITOS_DE_LIBERDADE_Isaiah_Berli. Acesso em: 15 fev. 2023.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Tradução de P. F. Ribeiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

EATWELL, R. Populism and Fascism. In: TAGGART, P.; KALTWASSER, C. R. (org.). **The Oxford Handbook on Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**: como as *fakenews*, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984). Tradução de E. Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto C. M. Machado e E. J. Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits (vol.1-4)**. Org. D. Defert e F. Ewald. Paris: Gallimard, 1994.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental.

Revista Brasileira de Ciência Política, n. 7, Brasília, jan./abr. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100014. Acesso em: 2 ago. 2017.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio. **Escritos de filosofia V**: introdução à ética filosófica 2. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MADEIRA, Pedro. A filosofia política de Mil. Ensaio introdutório. *In*: MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Tradução de Pedro Madeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Revisão técnica de P. F. Aranovich. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Tradução de Pedro Madeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira; CAMPOS, Adriana. Retórica e parresía no contexto democrático. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 8, p. 318-331, 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2016.83.05/5732>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. Normalização e processos de constituição da verdade. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 7, p. 197-209, 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2015.72.09/4726>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. **O paradoxo da inclusão política à luz de contribuições maquiavelianas**. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/530paradoxo>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PLATÃO. **A república**. Supervisão editorial de J. Lot Vieira. Bauru/SP: EDIPRO, 2000.

PLATÃO. **Diálogos: Apologia, Critón, Eutifrón, Ion, Cármides, Hípias Menor, Hípias Mayor, Laques, Protágoras**. Introdução de Emilio LledoÍñigo. Tradução de J. Calonge Ruiz. Madrid: Editorial Gredos, 1985.

PLATÃO. **Górgias**. Tradução, introdução e notas de D. R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Mário Franco de Sousa. Oeiras, Portugal: Editorial Proença, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de R. Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

URBINATI, Nadia. A revolt against intermediary bodies. **Revista Constellations**, v. 22, n. 4, p. 477-486, 2015. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8675.12188/abstract>. Acesso em: 21 abr. 2017.